



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **GUSTAVO GAYER – PL/GO**

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , **DE 2025**
(Do Sr. GUSTAVO GAYER)

Requer informações a Sr.^a Margareth Menezes, Ministra da Cultura, no sentido de esclarecer sobre a notícia que a secretária nacional de Mulheres do PT, foi flagrada afirmando que a pasta autorizou o uso de um programa federal para beneficiar "campanhas eleitorais".

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex^a., com base no art. 50, §2º, da Constituição Federal, e na forma dos Arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações a Sr.^a Ministra da Cultura, no sentido de esclarecer sobre a notícia que a secretária nacional de Mulheres do PT, Anne Moura, foi flagrada afirmando que a pasta autorizou o uso de um programa federal para beneficiar "campanhas eleitorais".

Com o objetivo de instruir as informações relativas a este requerimento de informações, e, também, tendo como base os informativos veiculados pela imprensa, solicito que sejam respondidos os seguintes questionamentos:

- 1) *O Ministério da Cultura confirma a alegação de que autorizou o uso de um programa federal com a finalidade de beneficiar campanhas eleitorais, como afirmado pela secretária nacional de Mulheres do PT, Anne Moura?*





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **GUSTAVO GAYER – PL/GO**

- 2) *Em caso afirmativo, qual é a justificativa para permitir que recursos públicos destinados a programas culturais sejam usados para fins eleitorais, o que contraria os princípios de transparência e destinação correta de verbas públicas?*
- 3) *Quais são os critérios estabelecidos pelo Ministério da Cultura para o repasse de recursos a projetos e programas, e como garante que esses recursos não sejam utilizados para fins eleitorais ou pessoais?*
- 4) *O Ministério da Cultura possui algum mecanismo de fiscalização para garantir que os recursos públicos, especialmente os destinados à cultura, sejam usados de forma correta e sem desvio de finalidade?*
- 5) *O Ministério da Cultura tem conhecimento de que outras autoridades, membros do governo, deputados ou senadores, estejam sendo investigados por práticas semelhantes de desvio de recursos para fins eleitorais? Se houver, quem são esses políticos e qual o estágio das investigações?*
- 6) *O Ministério da Cultura se compromete a investigar internamente se houve conivência ou negligência em relação à autorização do uso de um programa federal para financiar campanhas eleitorais?*
- 7) *Quais medidas o Ministério da Cultura tomará para assegurar que episódios como este não se repitam no futuro e para restaurar a confiança da população no uso responsável dos recursos públicos?*





- 8) *O Ministério da Cultura já tomou alguma ação em resposta à gravação que flagrou a secretária Anne Moura afirmando que teria recebido autorização para utilizar um programa federal em benefício de candidaturas?*
- 9) *O Ministério da Cultura está disposto a divulgar todas as autorizações de repasses feitos a programas ou projetos durante o período em questão, para garantir transparência e mostrar que não houve desvios para fins eleitorais?*
- 10) *Dada a gravidade das alegações, o Ministério da Cultura considera que sua postura em relação ao controle de recursos públicos precisa ser revista para evitar qualquer tipo de desvio de finalidade ou favorecimento político no uso dos fundos federais?*

Por fim, solicita-se o fornecimento de informações complementares que a senhora Ministra da Cultura entenda como relevantes, sobre o tema.

JUSTIFICATIVA

A denúncia de que a secretária nacional de Mulheres do PT, Anne Moura, além de ser gravada exigindo o desvio de recursos públicos de um projeto do Ministério do Trabalho para financiar sua campanha a vereadora em Manaus, também foi flagrada afirmando que o Ministério da Cultura teria autorizado o uso de um programa federal para beneficiar "campanhas





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **GUSTAVO GAYER – PL/GO**

eleitorais" é alarmante e exige uma atenção urgente das autoridades competentes.¹

Essa revelação indica não apenas uma prática ilícita, mas também uma possível rede de conivência dentro de órgãos do governo federal, o que configura um risco significativo para a integridade das instituições públicas.

A alegação de que um ministério federal teria dado aval para o uso de recursos públicos com fins eleitorais é uma grave violação dos princípios que regem a administração pública no Brasil. Programas federais, que deveriam ser destinados ao apoio cultural e ao desenvolvimento social, estão sendo, em tese, direcionados para beneficiar campanhas políticas pessoais, o que caracteriza um desvio de finalidade inaceitável. Tal prática não só compromete os recursos que deveriam atender à sociedade, mas também ameaça a transparência e a confiança da população nas instituições governamentais.

Se confirmada a autorização do Ministério da Cultura para que seus programas fossem usados com fins eleitorais, o cenário é ainda mais preocupante. Isso não apenas revela um uso impróprio do dinheiro público, mas também aponta para uma possível articulação entre diferentes esferas de poder para perpetuar interesses partidários e pessoais, em detrimento do bem-estar coletivo.

A gravidade dessa denúncia não pode ser subestimada, pois coloca em xeque a integridade de programas e recursos que deveriam ser dedicados exclusivamente ao desenvolvimento cultural e social do Brasil.

Contudo, a sociedade precisa de respostas claras e rápidas. É imprescindível que o Ministério da Cultura, assim como outros órgãos envolvidos, se manifestem imediatamente sobre essa denúncia e que uma investigação rigorosa seja iniciada para apurar a veracidade dessas alegações. Caso a denúncia se comprove, todos os responsáveis, sejam autoridades ou

¹ <https://claudiodantas.com.br/secretaria-do-pt-e-flagrada-pedindo-desvio-de-verba-publica-para-campanha-me-mande-todo-o-dinheiro-possivel/>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **GUSTAVO GAYER – PL/GO**

servidores públicos, devem ser devidamente punidos, e medidas urgentes devem ser tomadas para evitar que casos semelhantes aconteçam novamente.

Pelo exposto, o que está em jogo não é apenas um possível desvio de recursos, mas a confiança da população nas instituições que deveriam proteger o interesse público.

Sala das Sessões, em de de 2025.

Deputado **GUSTAVO GAYER**
PL/GO

Apresentação: 08/04/2025 09:08:19.787 - Mesa

RIC n.1124/2025



* CD 255896084800 *